



18

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

7ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO Nº 0012111-85.2011.8.17.0000 (0234553-5/01)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA/PE

AGRAVADA: ADEILDE LIMA BARBOSA

RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INOMINADO EM APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. MULTA PROTETATÓRIA. JUROS. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. IMPROVIDO O RECURSO DE AGRAVO.

- O agravante insurgiu-se contra a fixação dos juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês, argumentando que o percentual de 0,5% ao mês deve ser aplicado também às ações ajuizadas antes da entrada em vigor da Medida Provisória n. 2180/2001 de 24 de agosto de 2011.
- No caso *sub judice*, a Ação Ordinária de Cobrança foi ajuizada antes da entrada em vigor da mencionada medida provisória, razão pela qual, conforme jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (STJ), deve-se aplicar o percentual de 1% (um por cento) ao mês.
- Insta frisar que o Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Agravo de Instrumento n. 842.063, reconheceu a repercussão geral relativa a fixação dos juros de mora contra a Fazenda Pública, sustentando a aplicabilidade do percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês às ações ajuizadas antes e depois da entrada em vigor da referida medida provisória, como defende o recorrente.
- Todavia, é importante esclarecer que o STF apenas reconheceu a repercussão geral sobre o tema, restando pendente o julgamento definitivo de mérito a respeito da controvérsia. Neste contexto, esta Relatoria achou por bem manter a decisão terminativa proferida pelo Relator Substituto, a qual ilustra a jurisprudência dominante do STJ acerca da fixação dos juros moratórios, corte esta, que detém a guarda das normas infraconstitucionais.
- Em sede de razões de Apelação, o Município apelante pugna pela redução dos honorários advocatícios arbitrados, argumentando que devem os mesmos ser fixados de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, fazendo, ainda, menção ao teor da Súmula 62 deste Tribunal de Justiça (Nas ações que envolvem interesses da Fazenda Pública, seja ela autora ou ré, os honorários advocatícios devem se fixados nos termos do § 4º do art. 20 do CPC).
- Argumenta não se tratarem de embargos protetatórios, tampouco de litigância de má-fé. Neste particular, defende que as multas aplicadas devem ser excluídas, na hipótese de eventual condenação, ou, no mínimo, substancialmente reduzidas.
- Faz menção ao teor do art. 1º da Lei Municipal nº 1188/2006, que define os limites das obrigações de pequeno valor a que alude o §3º do art. 100 da CF/88.
- Por derradeiro, pugna pela reforma da sentença hostilizada, a fim de que sejam julgados procedentes os embargos à execução, ou, assim não entendendo este Tribunal, que seja reduzido o valor da condenação em honorários advocatícios, bem como que seja excluída da condenação as multas impostas por embargos procrastinatórios e litigância de má-fé, por serem infundadas, ou



19

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

que sejam reduzidos seus percentuais em razão do seu elevado patamar.

- Em relação ao arbitramento de honorários advocatícios, insta frisar que à luz do disposto no art. 20, §4º do CPC, quando a Fazenda Pública restar vencida, como na hipótese presente, a verba honorária deverá ser fixada consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas "a", "b" e "c" do § 3º do mesmo artigo.
- É assente na doutrina e na jurisprudência pátrias que os honorários advocatícios devem representar um valor que ressalte a dignidade do trabalho prestado, sem, todavia, ensejar o enriquecimento sem causa. *In casu*, vislumbro que a presente demanda teve seu trâmite processual tranqüilo, tendo sido julgada improcedente pela magistrada de primeiro grau. Ademais, a defesa desenvolvida pela embargada-recorrida, vencedora na demanda, não exigiu um forçoso trabalho jurídico tampouco envolveu matéria de direito complexa.
- No caso *sub judice*, a magistrada de primeiro grau arbitrou os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da condenação. Levando-se em conta as peculiaridades da presente demanda e à luz dos requisitos previstos no §3º do art. 20 do CPC, vislumbro que a verba sucumbencial fixada no *decisum* guerreado é excessiva, motivo pelo qual considero razoável o arbitramento dos honorários advocatícios no percentual de 8% (oito por cento) do valor da condenação.
- No que tange à multa aplicada com espeque no § único do art. 740 do CPC, entendo, na esteira da fundamentação esposada pela magistrada da causa, tratarem-se de embargos manifestamente protelatórios.
- Com efeito, há manifesta fragilidade na argumentação do embargante, haja vista o entendimento, há muito assentado na jurisprudência, acerca da aplicação de juros de 1% ao mês aos processos que têm por objeto crédito alimentar e que foram interpostos em data anterior à edição da medida provisória 2180/01, caso dos autos.
- Ao assim proceder, o embargante deu causa à apresentação de incidentes infundados na execução, cuja conduta encerra uma das hipóteses previstas no art. 17 do CPC, ensejando, por conseguinte, a aplicação da multa prevista no art. 18 daquele Diploma Processual Civil.
- Ora, o julgador não tem apenas a faculdade, mas sim o dever de condenar, de ofício, o litigante de má-fé a pagar multa e a indenizar os danos processuais que causou à parte contrária. Isso porque o interesse público impõe ao magistrado o dever de prevenir e reprimir os abusos cometidos pelos litigantes, por prática de atos que sejam contrários à dignidade da justiça.
- Parcial provimento apelo, apenas para fixar os honorários advocatícios na base de 8% sobre o valor da condenação, mantendo-se incólumes os demais termos do ato sentencial hostilizado.
- Unanimemente, negou-se provimento ao recurso de agravo, devendo-se manter inalterada a decisão agravada.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo nº 0234553-5/01 em que figura como recorrente o MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA/PE e como recorrido ADEILDE LIMA BARBOSA,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este acórdão.

Recife,


Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

7ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO Nº 0012111-85.2011.8.17.0000 (0234553-5/01)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA/PE

AGRAVADA: ADEILDE LIMA BARBOSA

RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Inominado interposto contra decisão terminativa de lavra da Relatoria do Des. Substituto Aldemir Alves de Lima, exarada nos autos da Apelação nº 234553-5.

Aduz o Município agravante que a base de argumentação chama atenção, na medida que sustenta que os juros de mora no percentual de 0,5%, com apoio no art. 1º-F da lei nº 9494/97, somente tem aplicabilidade caso a ação tenha sido proposta após o advento da MP nº 2180/2001, de 24/08/2001.

Assevera que, em que pese esse argumento, que por si só não tem o condão de demonstrar ou configurar o caráter manifestamente protelatório dos embargos à execução, o Relator incorreu em contradição ao dar provimento parcial ao recurso, mas, mesmo assim, manter o caráter meramente protelatório dos embargos à execução.

Defende que, no que toca aos juros de mora, o entendimento consolidado da jurisprudência do STF é no sentido de compreender que os juros moratórios contra a Fazenda Pública são de 0,5% ao mês, independentemente da data do ajuizamento da ação, em razão de a lei ser de ordem processual, e, portanto, possuir aplicabilidade imediata.

Faz menção ao julgamento do agravo de instrumento nº 842.063, com repercussão geral reconhecida.

Argumenta que, ao manter a multa com fulcro no art. 17, IV, do CPC, ou seja, opor resistência injustificada ao andamento do processo, o juízo de piso, não empregou a melhor interpretação sistemática na sentença, uma vez que não houve, por exemplo, os casos previstos nos arts. 593 e 600 do CPC. Nesta senda, alega que não houve oposição injustificada ao andamento da demanda, uma vez que o recorrente apenas utilizou de um meio processual para contrariar a pretensão executória que a lei de rito lhe assegura.

Defende que, para se aplicar a multa inserta no § único do art. 740, do CPC, não bastam os embargos serem protelatórios, os mesmos devem ter o caráter manifestamente procrastinatório e não meramente protelatório como sentenciou o juízo de primeiro grau.

Por derradeiro, formula pedido de retratação, com vistas à reforma da decisão recorrida, ou, assim não entendendo este julgador, que os autos sejam submetidos ao órgão colegiado competente.

É o relatório.

Recife, de de 2011

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

7ª CÂMARA CÍVEL
AGRAVO Nº 0012111-85.2011.8.17.0000 (0234553-5/01)
 AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA/PE
 AGRAVADA: ADEILDE LIMA BARBOSA
 RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR

VOTO

O agravante insurgiu-se contra a fixação dos juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês, argumentando que o percentual de 0,5% ao mês deve ser aplicado também às ações ajuizadas antes da entrada em vigor da Medida Provisória n. 2180/2001 de 24 de agosto de 2011.

No caso *sub judice*, a Ação Ordinária de Cobrança foi ajuizada antes da entrada em vigor da mencionada medida provisória, razão pela qual, conforme jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (STJ), deve-se aplicar o percentual de 1% (um por cento) ao mês.

Insta frisar que o Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Agravo de Instrumento n. 842.063, reconheceu a repercussão geral relativa a fixação dos juros de mora contra a Fazenda Pública, sustentando a aplicabilidade do percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês às ações ajuizadas antes e depois da entrada em vigor da referida medida provisória, como defende o recorrente.

Todavia, é importante esclarecer que o STF apenas reconheceu a repercussão geral sobre o tema, restando pendente o julgamento definitivo de mérito a respeito da controvérsia. Neste contexto, esta Relatoria achou por bem manter a decisão terminativa proferida pelo Relator Substituto, a qual ilustra a jurisprudência dominante do STJ acerca da fixação dos juros moratórios, corte esta, que detém a guarda das normas infraconstitucionais. Nessa mesma linha de raciocínio, trago à colação o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. JUROS MORATÓRIOS. AÇÃO AJUIZADA ANTERIORMENTE À EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35/2001. FIXAÇÃO NO PATAMAR DE 12% AO ANO.1. A Terceira Seção, no julgamento de recurso especial repetitivo, pacificou a tese de que o artigo 1º-F da Lei n.º 9.494/97, que fixa os juros moratórios nas ações ajuizadas contra a Fazenda Pública no patamar de 6%, é de ser aplicado tão somente às demandas ajuizadas após a sua entrada em vigor. Precedentes.2. A regra inserta na Lei n.º 11.960/2009 somente tem incidência nos feitos iniciados posteriormente à sua vigência, não se aplicando à espécie.3. O simples fato de o Excelso Pretório não ter adotado o mesmo posicionamento deste Superior Tribunal de Justiça não impede esta Corte de dar a interpretação que entender mais correta a uma norma infraconstitucional.4. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 1182902/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2011, DJe 01/06/2011)

Ademais, não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada. Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida nos autos da Apelação Cível n.234553-5, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão (fls.35/37 dos autos da Apelação Cível n.234553-5):



23
0

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diante de todo exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação Cível n.234553-5.É como voto.

Recife,


Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator